

VISÃO DO CORREIO

Exército retoma o comando dos CACs

O Exército voltou a emitir autorização para novos clubes de Caçadores, Atiradores Esportivos e Colecionadores de Armas (CACs). Após tomar posse, um dos primeiros atos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro do ano passado, foi um decreto suspendendo a abertura de mais CACs e transporte de armas com munição por civis. Era o começo da revisão da política de flexibilização do acesso a armas de fogo e munição no país, inclusive aos artefatos até então restritos à Polícia Federal e às Forças Armadas.

Até o ano passado, o licenciamento de CACs estava com a Polícia Federal. Em dezembro último, a responsabilidade retornou ao Exército. Para alguns analistas, foi uma manifestação de confiança do presidente nos militares. Entre as mudanças estabelecidas pelo Exército, destaca-se a redução do prazo de renovação da licença do porte de armas, que passa de 10 para três anos. Os CACs em funcionamento terão até 2026 (ano-limite) para obter nova licença de funcionamento.

Entre 2018 e 2022, houve um crescimento exponencial do número de CACs, que passou de 117.467 para 673.818 — número superior ao de policiais militares na ativa em todo o país (406 mil) e ao de militares das Forças Armadas (360 mil). O número de armas em circulação chegou a mais de 1,5 milhão. Institutos, como Igarapé e Sou da Paz, estimam que, considerando os acervos particulares, o total de artefatos bélicos

em poder de civis chega a 3 milhões. Durante 2022, período da corrida eleitoral, as taxas de mortes violentas intencionais (MVIs) declinaram de 24 para cada 100 mil habitantes em 2021, para 23,4 em igual universo populacional. Ou seja, passou de 48.431 (2021) para 47.508, a maior queda desde 2011, o primeiro ano da série histórica do Fórum Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Em 2023, a tendência de queda do número de MVIs se manteve. Entre janeiro e outubro, 34.156 pessoas foram mortas intencionalmente — 3,8% menos do que em 2022, que registrou 35.487 vítimas, segundo os dados oficiais. Mas não há garantia de que a redução seja progressiva, à medida que novos clubes poderão ser instalados no país. Isso não significa que colecionadores, caçadores e atiradores esportistas sejam integrantes de grupos criminosos.

Mas há de se reconhecer que a flexibilização, anteriormente vigente, colaborou para que ocorressem fraudes. Pelo menos 25 clubes foram alvo de investigações. Armas compradas legalmente pelos integrantes foram desviadas e apreendidas em mãos de marginais de grupos criminosos. No ano passado, em média, foram registradas 126 ocorrências mensais de roubos e furtos de armas em CACs. Os fatos impõem ao Exército e aos demais órgãos de repressão ao crime uma vigilância constante e rigorosa, a fim de que os CACs não se tornem fontes alimentadoras da violência e do crime.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Mudanças necessárias

Considero oportunos alguns temas escolhidos pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Artur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para serem debatidos em 2024. O primeiro quer acelerar a apreciação do projeto de reforma administrativa, engavetado há cerca de quatro anos. O segundo pretende pautar duas importantes emendas constitucionais. Uma para extinguir o instituto da reeleição no Executivo e outra destinada a fixar mandato para os futuros membros do STF e restringir decisões monocráticas que declarem a inconstitucionalidade de leis aprovadas pelo Congresso. Ora, se o propósito é mexer no Executivo e no Judiciário, nada mais justo que o Legislativo decida também cortar na própria carne, impedindo também a reeleição de seus integrantes e equalizando os mandatos de deputados e senadores. Também é inadiável a unificação das eleições gerais e municipais. Tal medida seria altamente vantajosa, pois, entre outros benefícios, corrigiria distorções existentes e resultaria em redução significativa das despesas para realização de um único pleito eleitoral. Em suma, o Brasil tem jeito. Mas, para tirá-lo do atoleiro em que está metido, é preciso que cada um cumpra seu papel com altivez, colocando sempre o interesse público acima do particular.

» José Leite Coutinho
Sudoeste

Barbárie

Em sua entrevista ao *Correio Braziliense* (31/12), o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto disse que fora da democracia só existe a barbárie, ou seja, a prepotência e o abuso do Estado. Em 8/1 foi executado um plano, aparentemente preparado meses antes da eleição, que visava um golpe. A intervenção militar garantiu a democracia. Como definiu o presidente, essa democracia é relativa, o que é evidenciado por termos mais presos políticos do que a Venezuela, como meta e o controle das redes sociais, como Cuba, inabilitar políticos concorrentes, como a Nicarágua, punir familiares dos opositores perseguidos, como a Coreia do Norte. Esses fatos contrastam com a explicação do ex-ministro de que democracia é liberdade de expressão, separação dos Poderes, inviolabilidade parlamentar. A democracia foi garantida pela força armada, não pelo povo, pois o único povo na rua chegou depois que elementos de preto, máscaras e mochilas já tinham praticado a maior parte da destruição. Os vídeos comprovam claramente. Como o povo se identificará com esse novo tipo de democracia,

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O envelhecimento da população é um fenômeno global, diz a ONU. Além da imigração, a promoção da educação continuada é essencial.

José Matias-Pereira — Lago Sul

O ministro Zanin, do STF, foi “sorteado” como relator do processo em que Bolsonaro contesta a decisão do TSE de torná-lo inelegível por 8 anos. Me engana... que eu gosto!

José de Mattos Souza — Lago Sul

Oito de janeiro. Com tanto tubarão, só foi condenado lambari.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

tor. É a Justiça. Caso contrário, o arbítrio passará a ser normalizado no país, reforçando a ideia de que a polícia se tornou justiceira, como ocorre em vários estados. É comum assistirmos nas emissoras de tevê cenas repugnantes de policiais agindo de forma igual ou pior do que os marginais. O DF deve ser exemplo para o restante do país, e não negociantista como alguns governadores rejeitam as câmeras corporais para proteger os agentes pródigos na prática da violência policial, principalmente contra os mais desvalidos.

» Wilson Cosme
Asa Sul

Auxílio social

O auxílio social do governo destinado às famílias de baixa renda deveria ter um critério mais rigoroso para quem recebe. Entendo que a família que recebe qualquer tipo de auxílio do governo deveria estabelecer que alguma pessoa beneficiada prestasse um tipo de contra partida, com um, ou mais dias de trabalho a uma entidade social do governo ou conveniada. Digo isso porque, de férias na Bahia com a minha família, aluguei uma casa de praia e precisávamos de alguém para nós auxiliar na cozinha e na limpeza doméstica durante a nossa permanência no local. Mesmo pagando um valor mais alto do que o normal, todos que oferecemos não quiseram, mais em conversa com eles ficamos sabendo que eles eram beneficiados por algum tipo de auxílio social do governo. Imaginamos que, por essa razão, não encontramos ninguém disposto a trabalhar.

» Evanildo Sales Santos
Gama



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Enfrentamento à covid-19

O ano que acabou foi de boa recuperação na cobertura vacinal do país. A população atendeu ao chamado do governo e de autoridades de saúde comprometidos com essa missão — após quatro anos de uma gestão federal que emitia sinais duvidosos a respeito de imunizantes e da consequente falta de campanhas massivas para conscientizar sobre a necessidade dessa proteção.

Ainda não estamos, porém, no patamar preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de ao menos 95% de cobertura vacinal. Mas chegaremos lá, como um país que se acostumou a ser exemplo para o mundo em imunização.

Um dos objetivos do Ministério da Saúde é avançar na vacinação contra a covid-19, doença que matou 708.491 brasileiros (dados contabilizados até 30 de dezembro passado). Na última terça-feira, a pasta informou, por meio das redes sociais, que quem não finalizou o esquema primário das doses em 2023 já pode comparecer a um posto para completar a caderneta.

A partir deste ano, a vacina contra o novo coronavírus passa a integrar o calendário de imunização para

grupos prioritários, como crianças de 6 meses a menores de 5 anos. A cobertura vacinal nessa faixa etária está muito baixa, o que representa um sério risco.

Uma das fake news de detratores das vacinas é de que a covid-19 afeta o público infantil de forma menos severa, por isso, a imunização não deveria ser obrigatória. A alegação não se sustenta. Em 2023, 110 crianças morreram devido à doença, como informou, em novembro último, a ministra da Saúde, Nísia Trindade. Em 2022, de acordo com a Fiocruz, o Brasil registrou um óbito por dia entre crianças nessa faixa etária, em decorrência do coronavírus.

Nísia Trindade tem reiterado que a aplicação das doses segue orientação da OMS e que elas passam "por rigoroso processo de estudo de qualidade antes de serem incorporadas ao SUS". As vacinas são seguras, eficazes, gratuitas e salvam vidas. Se há na sua casa crianças com esquema vacinal em atraso, leve-as para uma unidade de saúde e atualize a caderneta. Se você também não completou o esquema primário, procure essa proteção.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211; Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/ SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associados@uaigiga.com.br. Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ. Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalfri@uaigiga.com.br. REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo — Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/ MG. Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiaabril.com.br. Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/ RS. Tel.: (51) 3231-6267; E-mail: hmr@hrmmultimedia.com.br. Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Exitto Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C-2, Jardim Pinalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Telefones: 62 3085-4770 e 62 3912-6119. Brasília: SA Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF. (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. Região Norte - Meio e Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF. Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Notícias Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA			ASSINATURAS *
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00	RS 837,27
			360 EDIÇÕES (promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo: Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h. Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595. E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA LOG

Agenciamento de Publicidade